



Nota de Abertura

Flexibilidade como instrumento de promoção de uma escola democrática

Abril é mês de celebrar a nossa democracia e as suas conquistas. É consensual que o sistema público de educação é uma das principais vitórias da democracia portuguesa. Temos hoje taxas de escolarização que cobrem a quase totalidade da população infantil e jovem, temos uma redução muito significativa do abandono escolar, desenvolvemos bibliotecas escolares, criámos uma rede de pré-escolar, temos uma percentagem muito mais elevada de jovens a frequentar o Ensino Superior.

Deixámos de ter uma escola só para alguns para passarmos a ter uma escola em que todos entram. Importa, contudo, lembrar que a democratização plena do nosso sistema educativo passará por termos uma escola em que não nos limitamos a abrir as portas de entrada, mas que proporciona a todos aprendizagens de qualidade. Garantir sucesso escolar não significa promover atos administrativos, mas sim promover aprendizagens significativas para todos, não deixando de fora aqueles que têm, à partida, piores condições no acesso ao conhecimento, pouco estímulo familiar, nenhum fator motivacional. Com esses é difícil trabalhar; as famílias de alguns desses alunos não reconhecem o papel da educação formal e, por isso, não a podem reforçar. Enquanto a pobreza persistir em ser o principal preditor de insucesso escolar, a escola democrática e a Lei de Bases do Sistema Educativo estão por cumprir na íntegra.

Diz-se que a insensatez tem como princípio aplicar uma medida ineficaz repetidamente, acreditando que a mera insistência a tornará eficaz. Se há alunos que não aprendem com metodologias que dependem de outros estímulos, repetir a metodologia continuará a condená-los ao fracasso.

Como tal, a promoção de aprendizagens significativas para todos, implica dar autonomia às escolas para o desenvolvimento de estratégias adequadas às necessidades específicas dos alunos.

O Conselho de Ministros aprovou, na generalidade, o Decreto-Lei que define os princípios de organização do currículo dos Ensinos Básico e Secundário, agora colocado em consulta pública.

Este Decreto-Lei estabelece o Perfil dos Alunos à saída da escolaridade obrigatória como finalidade dos 12 anos de escolaridade, clarificando o papel da Escolaridade Obrigatória.

Assim, generaliza-se a Autonomia e Flexibilidade Curricular, enquanto instrumento de trabalho, para que sejam possíveis abordagens temáticas, transdisciplinares, com cruzamento entre disciplinas, criação de outras, com fusão de áreas disciplinares e com construção local de currículo. As escolas terão, desta forma, a possibilidade de gerir até 25% do tempo disponível, de forma não impositiva, adequando tempos, espaços e metodologias aos seus projetos curriculares específicos.

A flexibilidade consagra a capacidade de as escolas gerirem currículo, numa lógica não impositiva, respeitando ritmos e vontades das comunidades educativas. Alarga-se, assim, à escola pública uma possibilidade de trabalho até aqui garantida apenas às escolas privadas.

A flexibilidade não almeja a inovação como objetivo, não convida à mudança pela mudança. Pretende-se pôr na mão de cada comunidade educativa, de cada conselho pedagógico e conselho de turma, um instrumento de trabalho, para que o currículo possa ser desenvolvido com sentido, adequado a diferentes grupos, adaptando metodologias às melhores formas para motivar todos os alunos.

A inovação pedagógica é, portanto, um instrumento e não um objetivo. Um instrumento para permitir que mais alunos queiram aprender, que se sintam bem na escola e que despertem para o conhecimento. É uma ferramenta para incluir mais alunos, promovendo formas diferentes de trabalhar.

A monitorização em curso do projeto piloto evidencia que os alunos abrangidos se sentem mais motivados para a aprendizagem. Se mais alunos quiserem aprender, se as aprendizagens se concretizarem, teremos mais e melhor sucesso. Não porque houve uma certificação rápida, mas sim porque se aprendeu. Desta forma, será possível dar passos na concretização da escola que é democrática, porque é para todos os alunos e porque garante a todos um percurso com mais conhecimento e mais capacidade de ação na construção de uma cidadania ativa.

João Costa, Secretário de Estado da Educação